

LINHA EDITORIAL – <i>EDITORIAL LINE</i> .....	7
APRESENTAÇÃO – <i>INTRODUCTION</i> .....	11
<b>1ª. SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>SECTION 1 – ADMINISTRATIVE LAW</b>	
<b>A) LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>A) <i>BIDDING AND ADMINISTRATIVE CONTRACTS</i></b>	
Inexigibilidade de licitação à luz da Lei 14.133/21 <i>Unenforceability of bidding process under the Law 14,133/21</i>	
RICARDO MARCONDES MARTINS .....	23
<b>B) ATOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>B) <i>ADMINISTRATIVE ACT</i></b>	
Ato administrativo e indeterminabilidade do direito <i>in abstracto</i> : da aplicação do princípio da boa administração <i>Administrative act and the undetermined law "in abstracto": the     application of the good administration principle</i>	
RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES e BRAULIO BATA SIMÕES.....	47
<b>C) DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR</b>	
<b>C) <i>ADMINISTRATIVE SANCTIONING LAW</i></b>	
O processo administrativo disciplinar à luz da teoria do processo sancionador <i>The administrative disciplinary proceedings based on theory of     sanctioning process</i>	
VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA e GIULLIANA NIEDERAUER FLORES SEVERO DE MORAIS...	73

Réquiem aos bens públicos e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento em matéria de improbidade administrativa: anotações críticas

*Requiem to public goods and the imprescriptibility of actions for compensation in matters of administrative misconduct: critical notes*

ROGÉRIO GESTA LEAL..... 101

A conciliação aplicada pela Administração Pública Federal: uma análise do Decreto 9.760/2019

*The conciliation applied by the Federal Public Administration: an analysis of Decree 9,760/2019*

CARLOS SÉRGIO GURGEL DA SILVA e JOSÉ ALBENES BEZERRA JÚNIOR ..... 133

## D) CONTROLE

### D) CONTROL

Ouidorias públicas no Brasil: o elo entre o direito de acesso à informação e a efetivação da proteção de dados pessoais no setor público

*Public ombudsmen in Brazil: the link between the right of access to information and the effectiveness of the protection of personal data in the public sector*

JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM e TATIANA MEINHART HAHN..... 159

Poder Judiciário e Administração Pública: interferência indevida na capacidade de tomada de decisão e execução de políticas públicas de combate à Covid-19

*Judiciary and Public Administration: undue interference in the decision-making capacity and execution of public policies to combat Covid-19*

EDVALDO NILO DE ALMEIDA ..... 191

## 2ª. SEÇÃO – ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA

### SECTION 2 – INFRASTRUCTURE ACTIVITY

Infraestrutura, fazendas horizontais e pena sustentável: alternativas para aplicação do regime semiaberto

*Infrastructure, horizontal farms and sustainable penalty: alternatives for applying the semi-open regime*

ALEXANDRE COUTINHO PAGLIARINI, FLÁVIO ADRIANO REBELO BRANDÃO SANTOS e ARTHUR AUGUSTO GARCIA ..... 215

**3ª. SEÇÃO – DOCTRINA ESTRANGEIRA****SECTION 3 – FOREIGN DOCTRINE**

Reflexos procedimentais do princípio da imparcialidade administrativa <i>Administrative reflections of the administrative impartiality principle</i>	
DAVID DUARTE.....	235
El derecho fundamental a la buena administración y el Derecho Administrativo <i>The Fundamental Right to Good Administration and the Science of Administrative Law</i>	
JAIME RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ .....	299
El origen común de las instituciones de asistencia médica colectiva en Argentina y Uruguay: organización actual a ambos lados del río <i>The common origin of collective medical assistance institutions in Argentina and Uruguay: current organization on both sides of the river</i>	
NATALIA VELOSO GIRIBALDI .....	327

**4ª. SEÇÃO – PARECERES****SECTION 4 – LEGAL OPINIONS**

Parecer – Itaipu – natureza jurídica e prazo de prescrição para pretensões contra si propostas <i>Legal opinion – Itaipu – legal nature and statute of limitations for claims against it</i>	
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA.....	339

**5ª. SEÇÃO – COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA****SECTION 5 – COMMENTS OF JURISPRUDENCE**

Autotutela e prazo decadencial: a lei do Estado de São Paulo sob o olhar do Supremo Tribunal Federal (ADI 6.019) <i>Administrative self-correcting and decadential term: São Paulo State law according to the Federal Supreme Court (ADI 6,019)</i>	
RODRIGO BORDALO .....	373

Comentários ao julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 367: emprego público em Conselhos Profissionais

*Comments to the judgment of the Request for Non-Compliance of Basic Principles No. 367: public employment in Professional Councils*

FELIPE GONÇALVES FERNANDES..... 379

Acórdão TCU 10.739/2021 – Primeira Câmara, em Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas: nepotismo nas entidades do Sistema S

*Judgment TCU 10,739/2021 – First Chamber, on Appeal for Reconsideration in Accountability: nepotism in the entities of the S System*

JOÃO VICTOR TAVARES GALIL..... 389

## 6. SEÇÃO – ENTREVISTA

### SECTION 6 – INTERVIEW

*Entrevista com Gilberto Bercovici*

*Interview with Gilberto Bercovici*

AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS..... 399

## 7ª. SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

### SECTION 7 – RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW

Apontamentos sobre a desapropriação no Direito Brasileiro

*Notes on disappropriation in Brazilian Law*

CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO ..... 439

Motivação do Ato Administrativo como garantia dos Administrados

*Motivation of the Administrative Act to guarantee the Managed*

CARLOS ARI SUNDFELD ..... 461

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA ..... 481**

**PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES ..... 483**